



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais

SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA, GRAU DE CONHECIMENTO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Amanda Geisy Hoeckele (Graduanda Enfermagem- UNESPAR) –
amandageisy@hotmail.com
Débora de Alencar Dalcolli- PIBIC-Jr- Colégio Estadual Antônio Tortato-
deboradalcolli@gmail.com
Letícia Tavares Damaceno- PIBIC-Jr- Colégio Estadual Antônio Tortato-
leedamaceno@gmail.com
Ana Paula de Oliveira- PIBIC-Jr - Colégio Rainha da Paz -
anapauladeoliveiratorres@hotmail.com
Verônica Francisqueti (Graduanda Enfermagem- UNESPAR) -
veronicafrancisqueti@hotmail.com
Tereza Maria Mageroska Vieira (Orientadora- UNESPAR)-
mageroska@yahoo.com.br

Resumo: O trabalho apresentado analisa a percepção de adolescentes de escola pública sobre a sexualidade e seus fatores abrangentes. A adolescência é marcada por alterações biopsicossociais, fase caracterizada pela busca e experiência do novo. Neste sentido, o objetivo da pesquisa foi avaliar o conhecimento de adolescentes que frequentam o ensino médio sobre os fatores relacionados à sexualidade. Foi utilizada a pesquisa de campo com o método de pesquisa quantitativa. Os resultados demonstraram que a maioria dos adolescentes possui conhecimento acerca das diversas temáticas sobre a sexualidade e que grande parte já participou de alguma ação educativa sobre sexualidade. Porém, nem todos colocam em prática aquilo que aprende.

Palavras-chave: Adolescência; Gênero; Sexualidade.

Introdução

Segundo o Ministério da Saúde, a adolescência é uma fase do desenvolvimento compreendida entre infância e idade adulta, que vai desde os 10 aos 19 anos de vida, e é marcada por um processo complexo de desenvolvimento biopsicossocial (BRASIL, 2005).

Destaca-se que este desenvolvimento biopsicossocial é acompanhado pelo sistema educacional e, em especial pela rede básica de ensino, período este em que o indivíduo passa da infância para a adolescência. Neste momento a sexualidade se manifesta, e a escola precisa estar preparada para dar apoio as famílias e adolescentes. Portanto existe a



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais

necessidade de promover a educação sobre a temática sexualidade dentro destas instituições (DORNELLES; DAL'IGNA, 2015).

Para apoiar as instituições de saúde e educação nos aspectos relacionados ao cuidado a criança e adolescente, foi criado o Programa Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente (PRONAICA) por meio da Lei nº 8.642, de 31 de março de 1993, um ano após sua criação foi preconizado que “A Educação Sexual está voltada para a melhoria da qualidade de vida do indivíduo e da coletividade” (BRASIL, 1993).

A iniciação da vida sexual prematuramente pode originar condutas sexuais de risco, tais como as relações sexuais desprotegidas. As medidas educativas de promoção à saúde não cabe só ao profissional de saúde, mas a toda a comunidade (DOMINGUES et al., 2014).

Para promover a saúde na temática sexualidade é necessário levar em conta que cada sujeito é singular e tem autonomia sobre si mesmo, por isso deve-se incentivar a participação destes nas decisões que lhes afetam. As atividades educativas devem se aproximar da realidade do público e sair do modelo tradicional onde a temática já esta previamente definida (MACEDO; CONCEIÇÃO, 2015).

A adolescência não é um processo igual para todos adolescentes. Portanto, não se pode generalizar. O adolescente não deve ser visto como um sujeito impotente para colocar em prática o autocuidado, e, quando considerado autônomo, não deve ser deixado unicamente nas mãos das políticas de proteção. O ideal é fazer com que os adolescentes participem das estratégias voltadas para a promoção de saúde, trocando experiências e saberes (MACEDO; CONCEIÇÃO, 2015).

É importante que políticas preventivas que existem atualmente sejam aprimoradas pelos profissionais de educação e saúde. Devem-se buscar ações mais eficazes para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e gravidez não planejada na adolescência. A promoção à saúde deve ser feita de modo integral buscando visualizar o indivíduo de maneira holística. Propõe-se que sejam feitas intervenções mais efetivas e dinâmicas assim como: rodas



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais

de conversa, atividades e apresentações dialogadas (HIGA et al., 2015). Visto isso, o objetivo deste estudo é analisar o conhecimento dos adolescentes sobre a sexualidade.

Materiais e métodos

Este trabalho é resultado do Projeto de Iniciação a Pesquisa Junior (PIBIC-Jr) da Universidade Estadual do Paraná em parceria com o Núcleo Regional de Ensino e financiada pela Fundação Araucária. Foi realizada uma pesquisa de campo com abordagem quantitativa, na qual no primeiro momento utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário que abordou aspectos da caracterização dos adolescentes como idade, sexo, escolaridade, e aspectos do conhecimento sobre sexualidade, gravidez, DST/AIDS e drogas. Participaram da pesquisa 105 alunos do período matutino de um colégio do município da região noroeste matriculados no 1º ano ensino médio no ano de 2015. Os alunos obtiveram autorização dos pais para participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre esclarecido, e após receberam o questionário para responder. Os dados coletados foram armazenados em planilhas do Excel e tabulados em médias e porcentagens que foram apresentados em tabelas.

Resultados e Discussão

Participaram da pesquisa 105 estudantes do 1º ano do ensino médio de uma escola pública, sendo que 56% dos estudantes eram do gênero masculino e 44% do gênero feminino.

A adolescência é um processo decisivo do desenvolvimento no qual o indivíduo passa para tornar-se adulto. Por este motivo, devem ser incentivadas reflexões sobre o estilo de vida e não se deve olhar a adolescência como uma fase de riscos (MACEDO; CONCEIÇÃO, 2015). Durante as perguntas realizadas, 18,6% dos adolescentes do sexo masculino disseram que não há necessidade de usar preservativos em todas as relações sexuais. Comparando



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais

com o gênero feminino, no qual 6,5% disseram que não havia necessidade, percebe-se que os meninos têm menos aceitação quanto ao uso de preservativo.

Quanto ao uso de camisinha para prevenção de DSTs, 81,4% dos adolescentes do sexo masculino e 93,5% dos adolescentes do sexo feminino concordaram que ao se ter relação desprotegida fica-se vulnerável a estes tipos de patologias.

Ao serem questionados sobre as circunstâncias nas quais os preservativos devem ser usados, 21,7% das meninas e 44% dos meninos disseram que só devem ser usados com parceiro eventuais, não havendo necessidade de usá-lo com o companheiro fixo.

Grande parte dos pesquisados, 93,3%, disseram que ter diálogo franco a respeito das DSTs com a(s) pessoa(s) com quem se faz sexo é certo e necessário para a prevenção dessas doenças. Quanto ao uso de preservativo diminuir o prazer na hora da relação, 59,3% dos adolescentes do sexo masculino concordam que sim, enquanto apenas 28,2% dos adolescentes do sexo feminino referiram que concordam que o preservativo masculino diminui o prazer.

Quando questionados sobre a transmissão de DSTs ser facilitada por feridas nos órgãos genitais, 91,4% dos adolescentes de ambos os sexos afirmaram que feridas nos órgãos genitais facilitam a transmissão de doenças.

O fato de ser homossexual ainda é associado à prostituição, drogas, pobreza, promiscuidade e doenças como a AIDS. Pensando nisso, os profissionais de saúde devem criar meios para incentivar a despatologização das identidades trans e reduzir a descriminalização (AMARAL et al., 2014). A maioria dos pesquisados, 97,1%, disseram que todos correm risco de se contaminar com o vírus HIV, e não apenas homossexuais.

Destaca-se que as questões do uso de drogas também interferem no desenvolvimento da criança e adolescente. De acordo com Domingues et al.(2014) existem relações entre consumo de álcool, tabaco e cannabis com a atividade sexual. Portanto é necessário investir em programas de prevenção às



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais

drogas, pois estes podem ter repercussão em outras temáticas. Quando foi perguntado se existia relações entre DROGAS/AIDS/DST/gravidez na adolescência, 85% dos alunos afirmaram haver relação.

Considerações finais

De acordo com as informações coletadas nesta pesquisa foi possível observar que grande parte dos adolescentes possui conhecimento sobre sexualidade. Porém, notou-se resistência por parte do público masculino quanto ao uso de preservativos, portanto deve-se pensar em abordar sobre a sexualidade e o uso de preservativos antes do indivíduo começar a vida sexual. As intervenções com adolescentes sobre sexualidade devem ser mais dinâmicas, precoces e informativas para que estes indivíduos possam colocar em prática o que foi absorvido.

Referências

AMARAL, Marília dos Santos et al . “Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte , v. 26, n. 2, p. 301-311, Agost. 2014.

DORNELLES, Priscila Gomes; DAL’IGNA, Maria Cláudia. Gênero, sexualidade e idade: tramas heteronormativas nas práticas pedagógicas da educação física escolar. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 41, n. spe, p. 1585-1599, Dec. 2015 .
DOMINGUES, Sara et al . Comportamentos de risco dos adolescentes portugueses e influência do meio ambiente. **Nascer e Crescer**, Porto, v. 23, n. 3, p. 124-133, set. 2014.

HIGA, Elza de Fátima Ribeiro et al . A intersetorialidade como estratégia para promoção da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes. **Interface (Botucatu)**, Botucatu , v. 19, supl. 1, p. 879-891, 2015 .

MACEDO, Etienne Oliveira Silva; CONCEICAO, Maria Inês Gandolfo. Significações sobre Adolescência e Saúde entre Participantes de um Grupo Educativo de Adolescentes. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 4, p. 1059-1073, Dec. 2015.

Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. Diretrizes para uma política educacional em sexualidade. Brasília: MEC/SEPESPE/PRONAICA; p. 44;1994.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Marco legal: saúde, um direito de adolescentes. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2005.